

CÂMARA DOS DEPUTADOS

(DO SR. KOYU IHA)

ASSUNTO:

O Presidente da Comissão de_

GER 20.01.0011.4 - (JUN/91)

	tantes da produtividade de seu trabalho.		
		- E'	-
		-	
	DESPACHO: APENSE-SE AO PL Nº 4.580/90		
	AO ARQUIVO		
	em/o de agosto	de	19
	DISTRIBUIÇÃO		
	Ao Sr		_19
	O Presidente da Comissão de		
	Ao Sr		
	O Presidente da Comissão de		
	O Presidente da Comissão de		_18
	Ao Sr		10
	O Presidente da Comissão de		
	Ao Sr		
	O Presidente da Comissão de		
	Ao Sr		
Dec. of	O Presidente da Comissão de		
	Ao Sr, e		
1000	O Presidente da Comissão de		
ł,	Ao Sr, e	em	_19
1000	O Presidente da Comissão de		
	Ao Sr, e	em	19

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 1.418, DE 1991

(DO SR. KOYU IHA)



Dispõe sobre a participação dos empregados nos ganhos econômicos resultantes da produtividade de seu trabalho.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 4.580, DE 1990).



CÁMARA DOS DEPUTADOS

Em 27/06/91

Presidente

(Do Sr. Koyu ina)

PIZOJETO DE JEJ 14/8/91

Dispõe sobre a participação dos empregados nos ganhos econômicos resultantes da produtividade de seu trabalho.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

PROJETO DE L

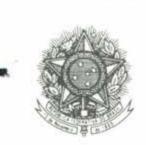
Art. 19 A participação dos trabalhadores nos ganhos econômicos resultantes da produtividade do trabalho, de que trata o art. 218, § 49, da Constituição Federal, como forma de Integração dos empregados e de estímulo à participação na gestão da empresa, rege-se por esta Lei.

Art. 29 Considera-se empresa, para os fins da presente lei, toda pessoa jurídica que assumindo o risco da atividade econômica, administre, assalarie e dirija empregados.

Art. 39 A forma e os critérios de participação dos trabalhadores nos ganhos econômicos resultantes da produtividade do trabalho serão definidos por acordo, convenção ou contrato coletivo de
trabalho, sendo facultada a conversão parcial ou total do montante a
ser distribuído em ações preferenciais, no caso das sociedades anônimas.

Parágrafo único. É obrigatória, nas empresas com mais de duzentos empregados, a definição de planos de participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade do trabalho.

Art. 49 As quantias pagas aos empregados, em decorrência dos planos de participação previstos nesta Lei, são dedutíveis como despesa de pessoa jurídica, não integram salário nem servirão de base de cálculo para quaisquer encargos trabalhistas ou previdenciários.





Art. 59 Fica assegurado o acesso dos representantes dos trabalhadores às informações de natureza econômico-financeira da empresa, bem assim aos planos de expansão tecnológica, resguardado o sigilo de informações confidenciais, ficando os infratores sujeitos às penas da lei.

Parágrafo único. Constitui falta grave, para todos os efeitos da legislação trabalhista, a violação, pelo representante empregado, da obrigação de sigilo a que se refere o "caput" deste artigo.

Art. 69 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 79 Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei apresenta uma fórmula viável de implantação do disposto no § 49 do art. 218 da Constituição Federal. A participação dos empregados nos ganhos econômicos resultantes da produtividade do seu trabalho será obrigatória nas empresas com mais de duzentos trabalhadores, mas a forma de participação e os critérios de seu rateio deverão ser definidos através de acordo, convenção ou contrato coletivo de trabalho.

A definição do limite de 200 empregos é coerente, inclusive, com o que dispõe o <u>art. 11 da Constituição Federal a respeito</u> da representação dos trabalhadores na empresa.

O projeto de lei também faculta a conversão parcial ou total das quantias devidas a título de participação nos ganhos resultantes de aumentos de produtividade em ações preferenciais da empreta A sa, inclusive como forma de estimular esquemas de participação e sobre sua gestão, em todos os níveis decisórios.





. Em função da relevância do projeto, contamos com o apoio de nossos ilustres Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, 27 de Junho de 1991

Deputado Koyu Iha

KOYUIHA Deputado Federal



LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES



	1988
	Titulo II
	OOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS
	Capítulo II DOS DIREITOS SOCIAIS
	200 Billion 00 00 00 00
é	rt. 11. Nas empresas de mais de duzentos empregados assegurada a eleição de um representante destes com a finali- ade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com s empregadores.
	Título VIII
-	DA ORDEM SOCIAL

Capitulo IV DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Art. 218. O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas.

§ 4º A lei apoiará e estimulará as empresas que invistam em pesquisa, criação de tecnologia adequada ao País, formação e aperfeiçoamento de seus recursos humanos e que pratiquem sistemas de remuneração que assegurem ao empregado, desvinculada do salário, participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade de seu trabalho.